



CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE-MT  
Participação e Controle Social

# Clipping Saúde em Foco



CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE-MT  
Participação e Controle Social

**Cuiabá-MT, 25,26 e 27 de janeiro de 2014**

Fonte: [www.saude.mt.gov.br](http://www.saude.mt.gov.br)

## Notícia

27/01/2014 - CAROLINE LANHI Redação/Secom-MT



### Hospital Regional de Porto Alegre do Norte vai atender municípios do Araguaia



(foto: Mayke Toscano/Secom-MT)

Em uma área de 10 mil metros quadrados, no setor Santos Dumont do município de Porto Alegre do Norte, será construído um novo Hospital Regional. A unidade vai oferecer procedimentos de baixa, média e alta complexidade e deverá atender pacientes de toda a região do Araguaia. A cerimônia de lançamento do edital de licitação do hospital foi realizada nessa sexta-feira (24), na Câmara Municipal.

O hospital terá capacidade para 250 leitos e será construído em duas etapas. A primeira terá cerca de 109 leitos, entre eles 86 de internação e 12 de Unidades de Terapia Intensiva (UTI). A área onde a unidade será construída foi doada pelo município e está em um bairro de fácil acesso, tanto para quem chega pela rodovia quanto para quem chega de avião. Já o custeio do



hospital será por meio de uma parceria entre Estado e Governo Federal, segundo o secretário de Estado de Saúde, Jorge Lafetá.

A decisão de instalar a unidade hospitalar em Porto Alegre do Norte foi consenso entre os municípios que serão beneficiados com a estrutura. De acordo com Lafetá, a meta do governo estadual é descentralizar a saúde em Mato Grosso e capacitar os profissionais da área que atuam no interior para que as ações sejam "resolutivas".

Procedimentos de média complexidade como a retirada da vesícula, que atualmente não são feitos nos hospitais do Araguaia, poderão ser realizados na nova unidade. Quanto à alta complexidade, o secretário cita cirurgias para traumas no fêmur, joelho e quadril em acidentes de trânsito, por exemplo. "Tentaremos trazer esses procedimentos para cá".

"Assim vamos fazendo a região. É energia, é asfalto, é saúde, é a Unemat [Universidade do Estado de Mato Grosso] que já está atendendo 700 alunos no ensino superior só aqui no Araguaia. É um salto muito grande para essa região, é a presença do Estado", avaliou o governador, depois da viagem de dois dias percorrendo sete municípios do Araguaia para lançar e inaugurar obras.

**Expectativas** - A notícia do hospital foi um alívio para o pedreiro Raimundo Rodrigues, 39, que já precisou levar sua mãe a Goiânia (GO) para a realização de uma cirurgia no joelho, pois não era possível realizar o procedimento nos hospitais da região do Araguaia. Acabou indo para Goiânia por ser mais próxima de Porto Alegre do Norte, onde mora. "Com esse hospital regional vai ser uma maravilha. Vai dar mais segurança aos moradores da região".

Além de melhorar os serviços em saúde, Célia Carneiro, 39, acredita que a cidade vai sentir os reflexos de ter um hospital de referência. "Porto Alegre vai crescer, pois as pessoas preferem morar em um local que possui uma boa estrutura de atendimento em saúde", analisa a agente comunitária.

E para o prefeito de Porto Alegre do Norte, Emival Gomes de Freitas, os benefícios do hospital não param por aqui. Além de levar mais qualidade de vida, segurança e tranquilidade para a população, o gestor lembra que os municípios também vão economizar, pois haverá diminuição dos gastos com transporte de pacientes.

]



CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE-MT  
Participação e Controle Social

# Clipping Saúde em Foco



CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE-MT  
Participação e Controle Social

Fonte: [www.midianews.com.br](http://www.midianews.com.br)

## **COTIDIANO / GESTÃO POLÊMICA**

26.01.2014 | 14h38 - Atualizado em 27.01.2014 | 08h31

Tamanho do texto A- A+

# Saúde apura falta de pagamento a médicos e fornecedores

***Grupo de trabalho tem 30 dias para apresentar relatório final***

Secom-MT

Clique para ampliar 



Hospital estaria tendo problema para pagar médicos e fornecedores

**ERICKSEN VITAL  
ESPECIAL PARA O MIDIANEWS**

Um grupo de trabalho foi criado pela Secretaria Estadual de Saúde (SES) para fazer um levantamento dos pagamentos dos médicos, funcionários e fornecedores do Hospital Metropolitano de Várzea Grande.

A unidade é gerida pela Organização Social de Saúde (OSS) Instituto Pernambucano de Assistência em Saúde (Ipas). A falta de pagamento foi denunciada pelos profissionais que compõem o corpo clínico, em reunião na SES.

A portaria, que cria a força-tarefa, foi publicada no Diário Oficial que circulou na



sexta-feira (24), assinada pelo secretário de Saúde, Jorge Lafeté Neto.

O grupo de trabalho será composto por seis profissionais, sendo três contadores, uma enfermeira, um médico e uma assistente administrativo.

Segundo consta na portaria, o grupo tem como missão realizar um levantamento da situação, fazer um diagnóstico financeiro e verificar débitos junto aos médicos, empregados, fornecedores e contratados pela organização social de saúde.

Além disso, vai realizar um apanhado dos servidores médicos hospitalares e despesas do Metropolitano.

O grupo, que será vinculado ao gabinete do secretário, deverá concluir seus trabalhos no prazo de 30 (trinta) dias, podendo este ser prorrogado.

Ao final, deverá apresentar relatório final da situação encontrada no hospital, contendo os credores, bem como a indicação de sua ordem prioritária para pagamento.

## **Parceria**

Em agosto de 2011, o Hospital Metropolitano foi inaugurado após o Governo do Estado fechar uma parceria com o Ipas, iniciando "um novo modelo de gestão" de hospital em Mato Grosso.

Polêmico, o tema foi defendido pelo Estado e condenado pela área médica, que defendia que a Saúde Pública deveria ser gerida pelo setor público.

O valor total do contrato firmado entre o Governo do Estado e Instituto Pernambucano de Assistência à Saúde (Ipas) é de R\$ 31,3 milhões, no período de um ano.

Os recursos são destinados para manutenção da unidade hospitalar, aquisição de equipamentos, instrumentos, insumos, medicamentos, contratação de



recursos humanos.

O hospital nasceu para desafogar a demanda do Pronto-Socorro Municipal, principalmente em casos de ortopedia e traumatologia, por meio do atendimento feito 100% pelo Sistema Único de Saúde (SUS).

Fonte: [www.gazetadigital.com.br](http://www.gazetadigital.com.br) Cidades Sábado, 25 de janeiro de 2014, 03h00

PORTO ALEGRE DO NORTE

## Empresa que vai construir hospital já será contratada

[Amanda Alves](#) / Da Redação

Governo estadual lança até terça-feira (28) o edital para contratação de empresa que construa o hospital público de Porto Alegre do Norte (1.125 km a nordeste da Capital). O projeto da nova unidade de saúde está pronto e foi apresentado à comunidade da região do Araguaia pelo secretário de estado de Saúde, Jorge Araújo Lafetá. A estratégia é que o hospital com 253 leitos, sendo 12 de Unidade de Terapia Intensiva, atenda a demanda dos municípios da região, que somam em torno de 100 mil habitantes...

**Leia mais na edição impressa de A Gazeta.**

Fonte: [www.gazetadigital.com.br](http://www.gazetadigital.com.br) Cidades Domingo, 26 de janeiro de 2014, 00h00

DECISÕES JUDICIAIS

## R\$ 200 mi para saúde

[Bruna Pinheiro](#) / Da Redação

Filas para garantir uma senha de atendimento, medicamentos que não são encontrados nas unidades de saúde, ausência de médicos de determinadas especialidades e demora para realização de cirurgias. Estes são alguns dos principais problemas encontrados pela população na rede pública de saúde em Mato Grosso. Reflexo desse cenário é a quantidade de ações judiciais exigindo que os serviços, que deveriam e não são disponibilizados na rede, sejam oferecidos com a intervenção da Justiça. Em 2013, o Estado gastou mais de R\$ 200 milhões



na área da saúde com demandas judiciais e bloqueios de conta para custear procedimentos médicos, cirurgias ou medicamentos a pacientes. O valor é aproximadamente 15% do orçamento anual. Para especialista, o quadro é o resultado da falta de políticas públicas voltadas à saúde...

**Leia mais na edição impressa de A Gazeta, em anexo.**

Fonte: [www.gazetadigital.com.br](http://www.gazetadigital.com.br) Cidades Domingo, 26 de janeiro de 2014, 00h00

## Especialista destaca rede precária

[Da Redação](#)

Professor da área de Saúde Pública do Departamento de Medicina da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), Reinaldo Mota destaca a falta de investimentos do Estado voltados para o atendimento básico de saúde como um dos fatores que sobrecarregam os demais setores. Para Mota, não adianta implantar modelos de gestão, como as Organizações Sociais de Saúde (OSS) que, segundo ele, limitam recursos para procedimentos de média e alta complexidade, enquanto o básico não está sendo atendido. Destaca que é preciso reestruturar o Sistema Único de Saúde (SUS) e não privatizar as unidades de saúde. "É uma política totalmente equivocada e que tem provocado este caos na saúde do Estado. Tanto é um equívoco que quem autorizou a implantação desse modelo está preso. Não se pode permitir que dinheiro público seja direcionado para entidades ...

**Leia mais na edição impressa de A Gazeta, em anexo.**

Fonte: [www.gazetadigital.com.br](http://www.gazetadigital.com.br) Cidades Domingo, 26 de janeiro de 2014, 00h00

NÚCLEO DE APOIO

## Emitidos mais de 1,9 mil pareceres

[Da Redação](#)

Dados do Núcleo de Apoio Técnico (NAT), do Tribunal de Justiça (TJMT), mostram que em 2013 mais de 1,9 mil pareceres técnicos foram solicitados por magistrados para avaliar a situação de pacientes que acionaram o Poder Judiciário. O parecer é emitido por uma equipe formada por farmacêuticos, médicos e técnicos da Secretaria de Estado de Saúde (SES/MT). Depois de analisarem todos os laudos e procedimentos adotados em cada caso, eles emitem um relatório para atestar se, de fato, o paciente precisa de determinado remédio ou cirurgia....



**Leia mais na edição impressa de A Gazeta, em anexo.**

Fonte: [www.gazetadigital.com.br](http://www.gazetadigital.com.br) Cidades

Domingo, 26 de janeiro de 2014, 00h00

TRISTE REALIDADE

## Violência contra idosos continua

[Amanda Alves](#) / Da Redação

Nos últimos 4 anos, a Polícia Judiciária Civil (PJC) registrou nas 2 maiores cidades de Mato Grosso 3,6 mil ocorrências em que idosos foram vítimas da violência. Em média, foram 75 casos atendidos nas delegacias, por mês, de algum tipo de crime praticado contra pessoas a partir de 60 anos, que muitas vezes têm dificuldades de ter os direitos garantidos até entre os familiares. Entre os anos de 2010 e 2013 os crimes de ameaça, lesão corporal e injúria foram os mais notificados na Polícia.

**Leia mais na edição impressa de A Gazeta, anexa.**

Fonte: [www.gazetadigital.com.br](http://www.gazetadigital.com.br) Cidades

Domingo, 26 de janeiro de 2014, 00h00

## Autor muitas vezes conhecido

[Da Redação](#)

Os autores de violência contra idosos podem ter grau de parentesco e ser os principais responsáveis pelas vítimas. Um tipo de circunstância que torna os crimes ainda mais difíceis de chegar ao conhecimento das autoridades. Muitas vezes doentes e dependentes financeiramente dos familiares, pessoas a partir de 60 anos se tornam reféns do isolamento e da falta de assistência. Em Cuiabá, o Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa (Comdipi) chega em alguns casos através de denúncias anônimas...

**Leia mais na edição impressa de A Gazeta, anexa.**



Fonte: [www.gazetadigital.com.br](http://www.gazetadigital.com.br) Cidades Domingo, 26 de janeiro de 2014, 00h00

COMUNIDADES TERAPÊUTICAS

## Atuação clandestina cresce junto com problema social

[Amanda Alves](#) / Da Redação

Atuando de forma improvisada, sem equipe técnica adequada e até utilizando ferramentas para tortura, comunidades terapêuticas criadas para tratar e reduzir danos a dependentes químicos abrem as portas clandestinamente em Mato Grosso. O número de instituições cresce nos municípios à medida que os problemas sociais e de saúde se agravam, mas nem sempre beneficia. Sem acesso aos serviços públicos, famílias de usuários desesperadas contratam sem critérios instituições informais e não cadastradas pelo órgão de controle...

**Leia mais na edição impressa de A Gazeta, anexa.**

Fonte: [www.midianews.com.br](http://www.midianews.com.br)

### **VARIÉDADES / MEDICINA & SAÚDE**

25.01.2014 | 03h30 - Atualizado em 24.01.2014 | 18h12

Tamanho do texto A- A+

## Genéricos X Similares: entenda a diferença entre os medicamentos

***Decisão da Anvisa possibilita que, com a mesma receita, paciente opte por genérico, similar ou medicamento de referência; os três têm o mesmo princípio ativo, mas preço bem distintos***

### **DO IG SAÚDE**

A cena é comum: você pede um remédio na farmácia e o atendente pergunta se você prefere o de referência ou o genérico. Até aí, é fácil: normalmente, quem



prefere pagar menos opta pelo genérico, que tem o mesmo princípio ativo do medicamento de referência, mas não tem nome comercial.

No entanto, um novo nome está prestes a entrar no cardápio. Por decisão da Anvisa, os medicamentos similares vão se igualar aos genéricos: serão intercambiáveis com os de referência - os chamados inovadores, frutos de descobertas científicas. Isso significa que será possível substituir o medicamento de referência pelo similar, sem precisar trocar a receita médica, como já funciona com os medicamentos genéricos. O prazo para a medida entrar em vigor será definido quando houver a publicação da norma, que está em consulta pública até o meio de fevereiro.

O que muda

Mas, afinal, qual é a diferença entre o medicamento similar e o genérico? Atualmente, nenhuma. Antes, os medicamentos similares, apesar de terem a mesma composição, não tinham comprovação científica de que eram cópias fiéis aos de referência. Hoje, passam pelos testes de biodisponibilidade relativa e equivalência farmacêutica, procedimentos que comprovam que sua ação medicamentosa é exatamente igual à do medicamento de referência.

A novidade da decisão da Anvisa é que, além do genérico, ela pode pedir pelo similar na farmácia. Mesmo que na receita só conste o nome do medicamento de referência. Antes, a compra só acontecia se o médico escrevesse o nome do similar no receituário.

Portanto, a única coisa que difere um medicamento de referência de um similar ou de um genérico é o nome e o preço. Eles agem da mesma forma, tem o mesmo efeito, são eliminados pelo organismo no mesmo tempo, enfim, são exatamente iguais.

A única diferença que resta entre o similar e o genérico, segundo o presidente do Conselho Regional de Farmácia do Estado de São Paulo (CRF-SP), Pedro Menegasso, é que o similar tem um nome comercial - normalmente já bem



conhecido no mercado - e costuma ser mais barato que o genérico. O genérico, por sua vez, leva o nome do princípio ativo.

Um exemplo é a Aspirina (referência), ácido acetilsalicílico (genérico) e o Melhoral (similar). O trio tem a mesma composição. O mesmo acontece com o Caladryl (referência), o calamina + cloridato de difenidramina + cânfora (genérico) e o Calamed (similar), além de outros que estão disponíveis para consulta no site da Anvisa.

Segundo Menegasso, a decisão da Anvisa é boa para o consumidor, pois aumentará a concorrência entre os fabricantes. O valor que os medicamentos similares poderão ser vendidos ainda será definido pela Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos (CMED). A proposta é que a mesma regra aplicada aos genéricos - que entram no mercado custando no máximo 65% do valor do de referência - seja válida também para os similares.

Fonte: [www.midianews.com.br](http://www.midianews.com.br)

## **OPINIÃO / FRANCISCO MONTEIRO**

27.01.2014 | 13h16 - Atualizado em 27.01.2014 | 13h29

Tamanho do texto A- A+

# **Renasce a esperança de saúde**

***Que essa proposta se realize o mais rápido possível***

Clique para ampliar 



A população cuiabana tomou conhecimento através da imprensa local da assinatura de contrato de locação das dependências do antigo Hospital das Clínicas pela Prefeitura Municipal, onde se pretende colocar em funcionamento, a partir do mês de março vindouro, o Hospital São Benedito de Cuiabá. Em primeiro lugar louva-se a importância desse ato do Prefeito Municipal, ante a situação caótica do Sistema Municipal de Saúde, onde o maior problema, no meu entendimento, consiste na falta de leitos para o acolhimento dos pacientes da Rede Pública Municipal. É comum presenciarmos pela imprensa local cenas onde os pacientes são colocados sobre macas pelos corredores, ou até mesmo numa verdadeira degradação da dignidade humana, sobre o piso do Hospital Municipal e Pronto Socorro da Capital.

**“Ao prestar essa homenagem ao “Santo Negro”, tão venerado pelo povo desta cidade, o Prefeito massageia o ego da gente cuiabana, acaricia indelevelmente a alma mato-grossense”**

O outro aspecto de importância cultural e religiosa para esta quase tricentenária cidade é a homenagem que se presta ao glorioso São Benedito, tão cultuado pelos cristãos católicos desta cidade, pelos grandes milagres que o mesmo realizou ao longo da história e estória da cidade do Senhor Bom Jesus de Cuiabá. Ao prestar essa homenagem ao “Santo Negro”, tão venerado pelo povo desta cidade, o Prefeito massageia o ego da gente cuiabana, acaricia indelevelmente a alma mato-grossense, e se associa ao sentimento cuiabano de gratidão a São Benedito, vendo-se homenageada em tão importante obra.



Justificou o brilhante jornalista Kleber Lima, atual Secretário Municipal de Comunicação que “tal contrato não substitui o compromisso do Prefeito Municipal de construir o novo Pronto Socorro Municipal”, coisa que não se fazia necessária, tendo em vista o grande passo que se dará, dentro do caótico quadro de serviços de saúde, em nível municipal, ao disponibilizar à sociedade cuiabana mais 127 (cento e vinte e sete) leitos hospitalares, dentro os quais 20 (vinte) leitos de UTI’s. Neste momento em que se vive uma crise nacional na saúde pública, presencia-se a judicialização de todos os procedimentos relativos à prestação de serviços na área da saúde, esta atitude do Prefeito da Capital ecoa como um grito de esperança na humanização do atendimento à população, de modo especial dos mais carentes.

O Hospital São Benedito de Cuiabá, cuja administração ficará a cargo da Empresa Cuiabana de Saúde, uma das inovações da atual Administração Pública Municipal, oferecerá toda sua estrutura através do Sistema Único de Saúde – SUS, realizando o atendimento de alta complexidade, de forma especial com foco nas áreas de cardiologia e de neurologia. Consta também do projeto proposto pelo nosso alcaide a instalação de um “Centro de Diagnóstico”, que será considerado como um dos mais qualificados do nosso Estado, onde se realizarão exames como: cateterismo, tomografia computadorizada, ressonância magnética e mamografia, tão procurados pela população e que têm causado inúmeros dissabores não só para os pacientes quanto para os administradores que veem coagidos pelo Poder Judiciário a atender a demanda de forma coercitiva.

Que essa proposta se realize o mais rápido possível, pois a população está carente de atendimento hospitalar e o Hospital São Benedito de Cuiabá representa a solução para tão grave e angustiante problema que tem causado inúmeros prejuízos ao erário municipal.

Parabéns Prefeito! Tenha certeza de que a história não registra os feitos daqueles que não ousam. Cuiabá espera e confia na sua coragem e no seu dinamismo.

**FRANCISCO MONTEIRO** é advogado



Fonte: [www.rdnews.com.br](http://www.rdnews.com.br)

METROPOLITANO

# Comissão vai investigar possível desvio de repasse no Metropolitano

*Ipas atrasa salários e pagamento de fornecedores mesmo recebendo repasses em dia*

Marcela Machado

Ednilson Aguiar



Ipas não vem pagando salários e fornecedores, o que será investigado pela SES

A secretaria estadual de Saúde (SES) criou uma comissão para fiscalizar o destino da verba repassada ao Hospital Metropolitano de Várzea Grande após denúncia de atraso de três meses de salários e no pagamento de fornecedores. Criada na sexta (24), ela estará ativa por 30 dias,



podendo ter prazo estendido. Atualmente, o hospital é administrado pelo Instituto Pernambucano de Assistência e Saúde (Ipas), uma Organização Social de Saúde (OSS).

Instituída pelo secretário Jorge Lafetá, a comissão vai fazer um diagnóstico financeiro e de débitos junto aos médicos, empregados, fornecedores e demais contratados pelo Ipas para prestação de serviços, bem como, acompanhar a realização dos pagamentos desses débitos. Além disso, deve levantar serviços médicos hospitalares e outras despesas realizadas que não estavam previstas no contrato de gestão.

O repasse mensal para a unidade de saúde é de R\$ 2,1 milhões e, de acordo com o secretário, o envio da verba está em dia. Segundo ele, não há débitos de 2013 pendentes, ao contrário do que afirma a denúncia. “A partir do momento que o recurso é repassado e não chega ao seu destino, tem algum problema no caminho. Por isso é necessária a fiscalização in loco e de contratos de empresas terceirizadas”, frisa Lafetá.

A comissão conta com seis integrantes, todos servidores públicos da carreira. Sunilde Gomes Aldave, assistente administrativo; Françoise Geise de Souza, contadora; Drielli Martinez Ferreira Lima, contadora; Roziney Rodrigues Peixoto, contador; Elaine Morita Pereira de Souza, enfermeira; e Arthur Augusto Nogueira Borges, médico. Ao fim dos 30 dias a comissão deve apresentar um relatório.

Há duas semanas uma comissão nos mesmos moldes foi instaurada no Hospital Regional de Colíder. À época, os médicos fizeram uma paralisação e afirmaram que não recebiam salário há quatro meses. Como no caso de Várzea Grande, a SES afirmou que os repasses estavam em dia. Segundo Lafetá, a situação na cidade foi regularizada e a comissão continua o trabalho por mais 30 dias para dar continuidade ao processo.

Em julho do ano passado, os funcionários do Metropolitano paralisaram os serviços por seis dias. Eles alegaram que havia atrasos nos repasses mensais, falta de adequação dos valores financeiros e acúmulo da dívida gerada pela criação de novos serviços.

## **IPAS fecha acordo com Governo e greve de médicos é cancelada**



CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE-MT  
Participação e Controle Social

## Clipping Saúde em Foco



CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE-MT  
Participação e Controle Social

Fonte: [www.24horasnews.com.br](http://www.24horasnews.com.br)

Dia D”

27/01/2014 - 12:00:01

Ascom

# Saúde promove “Dia D” de combate à Hanseníase em Cuiabá

*Atualmente em Cuiabá existem 354 pacientes em tratamento, sendo 19 menores de 15 anos*



A Prefeitura de Cuiabá realiza nesta terça-feira (28), o “Dia D” de combate à Hanseníase na Capital. Os atendimentos à população serão realizados na Clínica da Família, no CPA I, durante todo o dia. Além disso, as 86 equipes de saúde básica da Secretaria Municipal de Saúde estarão mobilizadas durante a programação da semana, onde estão incluídas palestras educativas e informativas, distribuição de folders e visitas nas residências da região do grande CPA e do bairro Centro América.



O evento é realizado em alusão ao 61º Dia Mundial de Luta contra a Hanseníase, comemorado no domingo, dia 26 de janeiro. A data foi criada com a finalidade de chamar a atenção do mundo todo para o problema da doença.

Atualmente em Cuiabá existem 354 pacientes em tratamento, sendo 19 menores de 15 anos, mas ainda há muitas pessoas que não sabem que são portadoras da doença.

A hanseníase tem prevalência alta em Cuiabá, bem como em todo o Estado. Em 2013 foram detectados 274 novos casos na Capital, sendo que 20 pacientes foram curados. No ano anterior (2012), foram detectados 242 casos e 142 pacientes curados. A expectativa para este ano é detectar cerca de 300 novos casos da doença.

Durante todo o ano, mas especialmente nesta semana de mobilização, as equipes de saúde irão trabalhar fortemente no sentido de reforçar a importância do tratamento e, além da busca ativa nas comunidades, realizarão também a avaliação de contato, já que a doença é transmissível e as pessoas mais próximas do doente são as que mais correm risco de se contaminar.

De acordo com a Coordenadora de Educação em Saúde do Programa Municipal de Combate a Hanseníase, Mikaelle Dias Barreto Taques, o diagnóstico precoce é fundamental para o controle.

A hanseníase tem cura e sua forma mais grave pode desaparecer completamente se o paciente cumprir os 12 meses de tratamento prescrito pelo médico.

O diagnóstico tardio também tem tratamento e cura, mas, dependendo do estágio da doença, a pessoa já pode estar acometida das dores e deformidades que a hanseníase provoca quando não é tratada a tempo.

A Clínica da Família funciona das 7 às 11 horas e das 13 às 17 horas e está localizada na Avenida Óbidos, s/n, CPA I.



Fonte: [www.hipernoticias.com.br](http://www.hipernoticias.com.br) Segunda, 27 de janeiro de 2014, 08h45

Tamanho do texto A- A+

## MUDANÇAS

### **MT Saúde começa reestruturação com nova rede médica**

Em 2013, a SAD encaminhou à Assembleia Legislativa o projeto para promover alterações no plano após quase chegar a falência

ELIANA BESS

Representantes do Instituto de Assistência à Saúde dos Servidores do Estado (MT Saúde) começam a visitar os municípios do Estado para a formação da nova Rede Médica Hospitalar. A medida faz parte dos trabalhos de reestruturação do MT Saúde após o plano quase chegar a falência.

Cáceres, no Oeste do Estado foi escolhida para o início dos trabalhos. Posteriormente a ação chegará as cidades pólos de Sinop, Rondonópolis, Tangará da Serra e Barra do Garças.

O objetivo da equipe técnica é conhecer in loco as demandas e estrutura médica hospitalar disponível nessas regiões. Depois, o passo será a reestruturação com a finalidade de oferecer mais conforto e agilidade nos atendimentos por meio do credenciamento desses prestadores, assim normalizar o atendimento desses beneficiários na própria região de origem.

“Temos uma rede estruturada em Cuiabá e Várzea Grande e agora vamos partir para a interiorização, de forma firme e segura”, disse o presidente da autarquia, Flávio Taques.

Segundo Taques, o trabalho deverá ser feito com toda agilidade possível para que o atendimento seja retomado de imediato. “Hoje temos o MT Saúde mais sólido, com uma gestão moderna e preparada para garantir o atendimento à saúde dos beneficiários. Por isso, queremos avançar na direção da interiorização”.

Para adiantar o processo é importante que o beneficiário faça seu recadastramento na sede do MT Saúde, em Cuiabá, ou pelo site [www.mtsaude.mt.gov.br](http://www.mtsaude.mt.gov.br). O novo cartão magnético será encaminhado através dos Correios.

## **REESTRUTURAÇÃO**

Para o secretário de Administração, Pedro Elias de Mello, o trabalho desenvolvido no ano passado para a reestruturação do MT Saúde é considerado um dos importantes instrumentos da política de valorização do funcionalismo.

Em 2013, a SAD encaminhou à Assembleia Legislativa o projeto, elaborado em conjunto com a representação dos próprios servidores, que altera a forma de contribuição para torná-lo autossustentável. “Um projeto de Lei que assegura para os servidores públicos



de Mato Grosso um plano de saúde com qualidade, eficiência e preço justo”, pontuou o governador Silval Barbosa à época.

O secretário afirmou que “o Governo vai continuar trabalhando para consolidar o MT Saúde porque, certamente, é uma ferramenta de vital importância para o servidor público e, principalmente, na busca da excelência que se almeja no serviço público”.

Criado em 2004, no primeiro governo Blairo Maggi (PR) (hoje senador), o MT Saúde chegou com força atingindo cerca de 50 mil servidores cadastrados. Mas a partir de 2010 começaram as fortes crises, passando por auditorias permanentes. Foi quando o Tribunal de Contas do Estado (TCE) apontou possíveis desvios, valores na ordem de R\$ 21 milhões.

O fato originou uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Assembleia Legislativa de Mato Grosso, que tramitou até o final do ano passado, quando o relatório foi aprovado. Inclusive, sugestões dos parlamentares que integraram a CPI do MT Saúde foram consideradas para a reestruturação do plano.

Fonte: [www.odocumento.com.br](http://www.odocumento.com.br)

## Cidades

### Cemat é proibida de cortar luz do Hospital Geral; 92% dos pacientes são do SUS

27/01/2014 - 14h02

A- A+



#### Da Redação

A Justiça Federal proibiu o corte de energia elétrica do Hospital Geral de Cuiabá que seria feito pela Centrais Elétricas Mato-grossenses (Cemat) pela falta de pagamento das contas. A decisão judicial atende o pedido feito pelo Ministério Público Federal por meio de um mandado de segurança.

Na ação, o procurador da República Manoel Antônio Gonçalves da Silva defende que é preciso garantir a continuidade da prestação dos serviços de saúde oferecidos pelo hospital à comunidade ao mesmo tempo que podem ser adotadas outras medidas para a cobrança da dívida do Hospital Geral, que é administrado pela Associação de



Proteção à Maternidade e à Infância de Cuiabá. De acordo com a direção do Hospital Geral, 92% dos pacientes atendidos são do SUS.

“É mais do que óbvia a imprescindibilidade da energia elétrica para o pleno funcionamento de um hospital. Deveras, os equipamentos especialmente dos setores que cuidam dos casos graves, como a unidade de terapia intensiva, necessitam de energia para o funcionamento”, afirmou o procurador da República na ação do Mandado de Segurança.

Na decisão que determinou que a Cemat se abstivesse de cortar o fornecimento de energia, o juiz afirmou que “a interrupção dos serviços de energia elétrica nas dependências da unidade hospitalar (Hospital Geral Universitário) não pode ocorrer, em se tratando de estabelecimento que atua na prestação de serviços médico-hospitalares, inclusive com unidade de tratamento intensivo, portanto, de serviço público essencial à população”, afirma o juiz federal Julier Sebastião da Silva na decisão.

A decisão judicial acrescenta que “a consequente paralisação das atividades hospitalares implica prejuízos irreparáveis à saúde da comunidade, sem enfatizar a possibilidade de por em risco a vida de pacientes que estão internados ou que recorrem à instituição em busca de tratamento médico”.

A decisão neste caso segue a jurisprudência do Superior do Tribunal de Justiça que entende que quando o devedor for ente público não poderá ser realizado o corte de energia indiscriminadamente em nome da preservação do próprio interesse coletivo, sob pena de atingir a prestação de serviços públicos essenciais, tais como hospitais, centros de saúde, creches, escolas e iluminação pública.